



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005353-41.2001.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Jose Aparecido da Silva**
 Requerido: **Unibanco Seguros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSE APARECIDO DA SILVA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Unibanco Seguros, alegando que enquanto ajudante industrial empregado na empresa *A. W. Faber Castell S/A*, seria titular de contrato de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, tendo a ré como seguradora, aduzindo que em decorrência do desempenho de atividade que implica em esforço repetitivo viu-se acometido de incapacidade parcial e permanente para o trabalho, o que já teria motivado afastamento e concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente pelo INSS, não obstante o que a ré estaria se recusando a reconhecer o sinistro e a lhe pagar a respectiva indenização, de modo que requereu seja ela condenada ao referido pagamento, nos valores contratados na apólice com os acréscimos legais.

A ré contestou o pedido sustentando que a doença profissional não poderia ser equiparada ao acidente profissional, restando àquelas tão somente a cobertura para o caso de invalidez total e permanente, nos termos do que regula a cláusula 16. do contrato, que traria em sua alínea 1.6.3. exclusão expressa para toda e qualquer doença profissional que causasse invalidez parcial, destacando que para o caso do autor haveria possibilidade de recuperação a partir de tratamentos médicos, concluindo pela improcedência da ação.

O autor replicou reafirmando os termos da inicial.

Este Juízo proferiu sentença acolhendo a tese de exclusão contratual, para julgar improcedente a ação, decisão contra a qual o autor interpôs recurso de apelação, que foi provido, anulando a sentença e determinando a realização de perícia médica para apuração do grau de incapacidade do autor, ainda que produzida a partir de microtraumas.

O feito foi então instruído com prova pericial médica, a partir da qual o autor concluiu que, sendo portador de invalidez total e permanente por doença, cumpre acolhida a demanda, enquanto a ré conclui pela improcedência da ação.

É o relatório.

Decido.

Segundo concluiu o laudo pericial médico, o autor é portador de “*dano patrimonial/funcional moderado e permanente par ao membro superior direito em torno de 35% por analogia à tabela SUSEP que prevê 70% para a perda total da função de um dos membros superiores*”, de modo a afirmar que “*há incapacidade laboral parcial e permanente*” (vide fls. 338), o que equivale dizer, não tem razão o autor quando em alegações finais conclui pela existência de *invalidez total e permanente por doença*, com o devido respeito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Verificado o quadro de incapacidade parcial, e sempre observado o máximo respeito a entendimentos em contrário, a este Juízo não resta senão reafirmar o entendimento já firmado anteriormente, quando da prolação da sentença anulada, destacando que a condição de *incapacidade parcial*, por doença, esbarra na cláusula contratual que expressamente exclui a possibilidade de indenização para o risco de *doença (IPD) que provoque apenas a invalidez parcial do segurado, ainda que as mesmas venham desencadear futura aposentadoria pelo INSS* (cláusula 1.6.3, fls. 35).

Nesse sentido, aliás, a atual jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*Seguro de vida e acidentes pessoais em grupo – Apólice prevendo cobertura para invalidez total por doença de cunho não profissional – Invalidez derivada de doença do trabalho (LER) – Previsão expressa de exclusão da cobertura na apólice – Indenização indevida – Improcedência mantida recurso desprovido*” (cf. Ap. nº 0002944-83.2012.8.26.0024 - 30ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/05/2015 ¹).

No mesmo sentido: “*SEGURO DE VIDA EM GRUPO E ACIDENTES PESSOAIS. INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA PROFISSIONAL. EXCLUSÃO DE COBERTURA. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Se a apólice limita e particulariza os riscos do seguro, de forma a excluir da cobertura a incapacidade parcial permanente em decorrência de doenças profissionais (lesões por movimentos repetitivos), indevido será o pleito. Recurso desprovido*” (cf. Ap. nº 0056203-59.2012.8.26.0002 - 35ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/04/2015 ²).

Veio aos autos, acompanhando o laudo pericial médico, um laudo psiquiátrico tendo como periciado a pessoa do mesmo autor *José Aparecido da Silva*, atestando que “*no momento da perícia não apresentou qualquer sintoma psicótico*” (vide fls. 342), de modo que, mesmo atento ao que dispõe o art. 462 do Código de Processo Civil, não há alteração nas conclusões acima.

Inexistindo, portanto, direito do autor à indenização pretendida, de rigor concluir pela improcedência da ação, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, em consequência do que condeno o autor despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 02 de junho de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.